ISSN: 2358-8829

ENTRE A ARTE E O CUIDADO: A ARTETERAPIA COMO PRÁTICA EDUCATIVA NÃO FORMAL

Suellen Vitória de Oliveira Santiago [1]
Maria Luiza Silva Melo [2]

INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças neurodivergentes e com deficiência exige a construção de ambientes que reconheçam a diversidade humana e ofereçam oportunidades de participação, expressão e convivência. Embora a escola seja um espaço fundamental para a garantia do direito à educação, os processos educativos também acontecem em instituições comunitárias, projetos sociais e outros ambientes que contribuem para a formação dos sujeitos. Nesses espaços, as experiências culturais e artísticas podem assumir um papel importante na construção de vínculos, no desenvolvimento da autonomia e na ampliação das possibilidades de comunicação e interação social.

A arte, nesse contexto, ultrapassa a dimensão estética e se apresenta como uma linguagem que possibilita explorar materiais, expressar sentimentos, comunicar experiências e estabelecer relações com outras pessoas. Para crianças que apresentam diferentes formas de comunicação e participação, atividades como pintura, desenho, colagem e modelagem podem criar oportunidades de envolvimento que não dependem exclusivamente da linguagem verbal. Entretanto, essas possibilidades precisam ser compreendidas a partir das singularidades de cada criança, sem pressupor que todas respondam da mesma maneira às propostas artísticas.

A discussão ganha relevância quando situada nos espaços de educação não formal, nos quais as práticas educativas podem ser organizadas a partir das necessidades da comunidade e das experiências compartilhadas pelos participantes. A Estação Cidadania, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, constitui o contexto da experiência de voluntariado que motivou este trabalho. Durante o acompanhamento de atividades artísticas desenvolvidas com crianças neurodivergentes e com deficiência, foi possível observar situações de interação entre elas, despertando o interesse em compreender as possíveis contribuições dessas práticas para a inclusão e a comunicação.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo refletir sobre as possibilidades da arte e das práticas de caráter arteterapêutico na promoção da expressão, da comunicação e da interação social de crianças neurodivergentes e com deficiência em um espaço comunitário de educação não formal. Busca-se relacionar as observações decorrentes da experiência de voluntariado e as informações obtidas por meio de entrevistas

[1] Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, suellen.vitoria@ufrpe.br;
[2] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, luiza.silvamelo@ufrpe.br.

ISSN: 2358-8829

estruturadas com os mediadores das atividades e os responsáveis pelas crianças à literatura sobre educação não formal, inclusão, arte e desenvolvimento infantil.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um estudo qualitativo, de caráter descritivo e reflexivo, desenvolvido a partir da experiência de voluntariado na Estação Cidadania, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho–PE. O interesse pela temática surgiu durante o acompanhamento de atividades artísticas realizadas com crianças neurodivergentes e com deficiência em um espaço comunitário de educação não formal.

A construção do estudo envolveu a observação das atividades desenvolvidas no projeto e a realização de entrevistas estruturadas com os mediadores responsáveis pelas atividades e com os responsáveis pelas crianças participantes. Esses procedimentos foram considerados complementares, uma vez que a observação possibilitou acompanhar as experiências desenvolvidas no cotidiano do projeto, enquanto as entrevistas permitiram reunir as perspectivas dos adultos envolvidos sobre as atividades e a participação das crianças.

A reflexão foi orientada pela articulação entre as observações realizadas, as informações obtidas nas entrevistas e a literatura científica sobre educação não formal, inclusão, arteterapia e comunicação. Buscou-se compreender as possibilidades das práticas artísticas para favorecer a expressão e a interação social, respeitando as particularidades das crianças e os limites das informações reunidas.

Foram considerados os princípios éticos relacionados à participação de crianças e à preservação da identidade dos envolvidos. Dessa forma, informações que pudessem identificar os participantes foram omitidas, devendo a utilização das entrevistas respeitar as condições de consentimento e autorização aplicáveis ao estudo.

Por se tratar de uma investigação qualitativa situada em um contexto específico, os resultados devem ser compreendidos a partir das experiências e percepções reunidas, sem generalizações para todas as crianças neurodivergentes e com deficiência ou afirmações de causalidade sobre os efeitos das atividades artísticas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação constitui um processo amplo, que não se limita às instituições escolares nem aos conteúdos organizados pelos sistemas formais de ensino. Diferentes experiências sociais, culturais e comunitárias também participam da formação dos sujeitos, favorecendo aprendizagens construídas por meio da convivência e da participação coletiva. Nesse sentido, Gohn (2006) compreende a educação não formal como um campo educativo desenvolvido em diferentes espaços sociais, associado à participação, à cidadania e à organização da sociedade civil. Diferentemente da educação formal, a educação não formal apresenta formas de organização próprias, que podem responder às necessidades e aos interesses dos participantes e da comunidade. Isso não significa ausência de intencionalidade educativa, mas a possibilidade de construir experiências formativas por meio de atividades culturais, artísticas e sociais. Nessa perspectiva, a Estação Cidadania, localizada no município do Cabo de Santo

ISSN: 2358-8829

Agostinho–PE, pode ser compreendida como um espaço comunitário de convivência e participação no qual as experiências artísticas oferecem possibilidades educativas e relacionais.

A relevância desses espaços torna-se ainda mais evidente quando se considera a inclusão de crianças neurodivergentes e com deficiência. A inclusão não deve ser entendida apenas como a presença física dos sujeitos em determinado ambiente, mas como a construção de condições para que participem efetivamente das experiências coletivas, tenham suas singularidades respeitadas e encontrem diferentes possibilidades de expressão e comunicação. Mantoan (2003) problematiza práticas que condicionam a participação dos indivíduos à adaptação a padrões previamente estabelecidos, defendendo a necessidade de transformar os ambientes e as práticas para acolher a diversidade humana. Essa perspectiva também se aplica aos espaços comunitários, nos quais a inclusão depende da acessibilidade das propostas, da sensibilidade dos profissionais e do reconhecimento das diferentes formas de participação. No campo dos direitos, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, reforça a importância de assegurar condições de igualdade e participação social às pessoas com deficiência (Brasil, 2015).

Nesse contexto, a arte pode assumir um papel importante na construção de experiências inclusivas, pois oferece diferentes linguagens para explorar materiais, produzir significados e expressar experiências. Na infância, atividades como pintura, desenho, colagem e modelagem possibilitam experimentar cores, formas, texturas e movimentos, favorecendo a criatividade e a participação em propostas individuais ou coletivas. O valor dessas experiências não se encontra exclusivamente no resultado estético, mas também nas escolhas, nas descobertas e nas relações construídas durante sua realização. Para crianças neurodivergentes e com deficiência, a diversidade de linguagens pode ampliar as oportunidades de envolvimento, especialmente quando as atividades respeitam suas necessidades e seus modos particulares de comunicação. Isso não significa que todas essas crianças apresentem dificuldades de fala ou necessitem dos mesmos recursos, mas que práticas inclusivas devem reconhecer a multiplicidade das formas de expressão humana.

É importante, entretanto, distinguir as atividades artísticas da arteterapia propriamente dita. Embora possam utilizar recursos semelhantes, a arteterapia envolve objetivos e processos específicos de acompanhamento, não sendo adequado atribuir caráter terapêutico a toda atividade que utiliza a arte. Carvalho (1995), ao discutir o conceito de arteterapia, contribui para compreender as relações entre os recursos artísticos e os processos terapêuticos. Philippini (2021), por sua vez, aborda a arteterapia como um campo que valoriza a criação, a comunicação expressiva e a autonomia de expressão. Essas contribuições ajudam a compreender que a produção artística pode constituir um meio de expressão e elaboração de experiências, sem que seu significado se restrinja à qualidade estética do trabalho produzido.

Pesquisas brasileiras também investigam as possibilidades da arteterapia no desenvolvimento infantil. Valladares e Carvalho (2005), ao estudarem a produção de modelagem em sessões de arteterapia no contexto hospitalar pediátrico, discutem a utilização dessa modalidade expressiva e suas possíveis contribuições para aspectos do desenvolvimento infantil. Em estudo posterior, Valladares e Carvalho (2006) investigaram intervenções de arteterapia e aspectos do comportamento de crianças hospitalizadas. Embora esses estudos tenham sido desenvolvidos em contextos distintos

ISSN: 2358-8829

daquele da Estação Cidadania, eles oferecem referências para refletir sobre a utilização de recursos artísticos em processos de acompanhamento infantil. Seus resultados, contudo, não podem ser automaticamente generalizados para atividades comunitárias nem utilizados como comprovação de efeitos terapêuticos no contexto aqui discutido.

A relação entre arte, afetividade e comunicação também merece destaque. A comunicação humana não se restringe à linguagem oral, podendo ocorrer por meio de gestos, movimentos, expressões faciais, imagens e recursos de comunicação alternativa. Nas atividades artísticas coletivas, essas diferentes formas de expressão podem aparecer durante a escolha dos materiais, o compartilhamento de objetos, a observação das produções de outras crianças e a realização de propostas conjuntas. Mesmo quando não há diálogo verbal, podem ocorrer aproximações, demonstrações de interesse e outras formas de participação que precisam ser reconhecidas. Dessa maneira, as experiências artísticas podem oferecer oportunidades para que as crianças compartilhem interesses, estabeleçam contatos e participem de situações de convivência sem que a interação dependa exclusivamente da fala.

A literatura internacional também contribui para essa discussão. Martínez-Vérez, Gil-Ruíz e Domínguez-Lloria (2024), em uma revisão sistemática sobre intervenções de arteterapia e musicoterapia com crianças com diferentes condições do neurodesenvolvimento e dificuldades de aprendizagem, analisam possibilidades relacionadas à comunicação, às habilidades sociais e aos aspectos emocionais. Esses estudos reforçam a relevância de investigar intervenções artísticas, embora seus resultados devam ser interpretados considerando as características de cada intervenção e as limitações das evidências disponíveis.

Nesse processo, a mediação dos profissionais é fundamental para criar oportunidades de participação, apoiar a comunicação e respeitar os limites individuais. A interação não deve ser imposta nem medida exclusivamente pela quantidade de falas, pelo contato visual ou pela realização de comportamentos considerados socialmente esperados, pois cada criança pode demonstrar interesse e estabelecer relações de maneiras distintas. O acolhimento, o respeito às escolhas e a flexibilidade das propostas podem contribuir para a construção de um ambiente no qual as crianças tenham suas particularidades reconhecidas.

Desse modo, a articulação entre educação não formal, inclusão e experiências artísticas permite compreender os espaços comunitários como ambientes que podem ampliar as oportunidades de expressão, convivência e participação social de crianças neurodivergentes e com deficiência. Para que esse potencial se concretize, é necessário que as propostas sejam acessíveis, que as diferenças sejam respeitadas e que os profissionais reconheçam as diversas formas de comunicação e envolvimento. A arte, nessa perspectiva, não constitui uma solução isolada para as dificuldades de interação, mas pode atuar como mediadora de experiências compartilhadas, contribuindo para a construção de vínculos e para o reconhecimento das crianças como sujeitos ativos nas relações sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência de voluntariado na Estação Cidadania possibilitou observar a relevância das atividades artísticas como parte das experiências de convivência de crianças

ISSN: 2358-8829

neurodivergentes e com deficiência. O contato com essas práticas despertou o interesse em compreender como as propostas que envolvem a arte podem favorecer oportunidades de expressão e interação em um espaço comunitário de educação não formal.

Durante o acompanhamento das atividades, foi possível perceber situações de interação entre as crianças em torno das experiências artísticas compartilhadas. As propostas criavam situações nas quais os participantes podiam se envolver em uma atividade comum, explorar materiais e acompanhar as produções uns dos outros. Nesse contexto, a arte não se restringia à execução de uma tarefa, pois também oferecia oportunidades de aproximação e convivência.

Além das observações, foram realizadas entrevistas estruturadas com os mediadores das atividades e os responsáveis pelas crianças. A inclusão desses participantes possibilitou considerar diferentes perspectivas sobre as experiências vivenciadas no projeto, contemplando tanto o olhar daqueles que acompanhavam diretamente as atividades quanto o das pessoas responsáveis pelas crianças. A articulação dessas informações com as observações constitui uma possibilidade de compreender o fenômeno a partir de diferentes perspectivas, embora as conclusões específicas das entrevistas devam corresponder às respostas efetivamente obtidas e analisadas.

Essa perspectiva dialoga com Gohn (2006), ao reconhecer os espaços de educação não formal como ambientes de aprendizagem e participação social. A experiência da Estação Cidadania evidencia a importância de olhar para os processos educativos que acontecem fora da escola, especialmente quando promovem oportunidades de convivência e valorização da diversidade. O espaço comunitário, portanto, pode contribuir para ampliar as experiências sociais das crianças, desde que suas atividades sejam organizadas de maneira acessível e acolhedora.

Outro aspecto relevante diz respeito à diversidade das formas de participação. As experiências artísticas possibilitam diferentes maneiras de se envolver em uma proposta, seja pela manipulação de materiais, pela escolha de elementos, pela observação ou pela realização de produções próprias. Essa multiplicidade é particularmente importante em contextos inclusivos, pois permite que a participação não dependa de uma única forma de comunicação ou de desempenho.

Essa discussão se aproxima da perspectiva de Mantoan (2003), segundo a qual a inclusão requer o reconhecimento das diferenças e a transformação das práticas que limitam a participação dos sujeitos. No contexto observado, essa compreensão implica considerar as necessidades individuais, respeitar os tempos de cada criança e evitar que suas formas de expressão sejam avaliadas exclusivamente a partir de padrões preestabelecidos.

No que se refere à comunicação, a experiência despertou a percepção de que as atividades artísticas podem criar oportunidades para trocas entre as crianças, inclusive quando essas trocas não acontecem prioritariamente pela fala. O compartilhamento de materiais e a participação em propostas comuns podem favorecer situações de aproximação, interesse mútuo e convivência. Essa interpretação encontra correspondência nos estudos sobre arteterapia e outras intervenções artísticas, que discutem suas possíveis contribuições para a expressão e as relações sociais.

ISSN: 2358-8829

A experiência também permite refletir sobre a importância da mediação dos profissionais na organização das propostas. A disponibilidade de materiais, o respeito às escolhas individuais e a flexibilidade das atividades são aspectos que podem favorecer o envolvimento das crianças. Quando as práticas consideram as diferentes necessidades dos participantes, ampliam-se as possibilidades de participação sem exigir que todos realizem as atividades da mesma maneira.

É necessário, contudo, delimitar o alcance dessas observações. Embora a experiência tenha permitido perceber possibilidades de melhora na interação entre as crianças, não foram informados procedimentos de avaliação sistemática ou mensuração das mudanças observadas. Por isso, não é possível afirmar que as atividades tenham causado determinadas mudanças comportamentais ou produzido efeitos terapêuticos comprovados. A contribuição do trabalho está em relacionar a experiência, as perspectivas reunidas e as discussões teóricas sobre o potencial das práticas artísticas.

Essa distinção também é importante para compreender a arteterapia. Os benefícios discutidos na literatura não devem ser automaticamente atribuídos a toda atividade artística, pois a natureza terapêutica de uma intervenção depende de suas características e de sua condução. Ainda assim, a experiência observada permite refletir sobre como práticas que envolvem arte podem oferecer condições favoráveis à expressão e à convivência, especialmente quando respeitam a diversidade dos participantes.

A discussão evidencia, por fim, que a inclusão não se realiza apenas pela oferta de atividades, mas pela maneira como elas são organizadas e pelas relações que se estabelecem durante sua realização. A disponibilidade de materiais, a flexibilidade das propostas, o respeito às escolhas individuais e a mediação dos profissionais são elementos relevantes para que as crianças encontrem oportunidades de participação. Dessa forma, a Estação Cidadania representa, no âmbito desta reflexão, um contexto significativo para pensar a articulação entre educação não formal, arte e inclusão social, especialmente de crianças neurodivergentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida a partir da experiência de voluntariado na Estação Cidadania, no Cabo de Santo Agostinho–PE, permitiu compreender a importância dos espaços comunitários na construção de experiências educativas que valorizem a diversidade, a expressão e a convivência. As atividades artísticas acompanhadas despertaram a percepção de que a arte pode constituir uma possibilidade de aproximação entre crianças neurodivergentes e com deficiência, criando situações compartilhadas nas quais diferentes formas de participação e comunicação podem ser reconhecidas.

A articulação entre a experiência e o referencial teórico evidencia que a inclusão exige mais do que a presença das crianças em um mesmo ambiente. É necessário construir condições para que cada uma possa participar de acordo com suas possibilidades, ter suas formas de expressão respeitadas e estabelecer relações sem ser submetida a padrões únicos de comportamento. Nesse sentido, a educação não formal assume relevância ao ampliar as possibilidades de convivência, aprendizagem e participação social para além dos espaços escolares.

A arte, por sua vez, apresenta potencial para favorecer a expressão de experiências e sentimentos, estimular a criatividade e criar oportunidades de interação. Entretanto, suas contribuições dependem da maneira como as atividades são planejadas e conduzidas, das condições de acessibilidade e do respeito às particularidades de cada criança. Também é fundamental distinguir as atividades artísticas das intervenções de arteterapia propriamente ditas, reconhecendo suas especificidades e evitando atribuir resultados terapêuticos sem avaliação adequada.

A realização de entrevistas estruturadas com mediadores e responsáveis, em conjunto com as observações, constitui um recurso importante para ampliar a compreensão das experiências vivenciadas no projeto. A análise das respostas obtidas deve ser articulada às situações observadas, permitindo que as conclusões reflitam as perspectivas efetivamente compartilhadas pelos participantes, sem generalizações indevidas.

Como limite, destaca-se que esta reflexão se fundamenta em uma experiência situada em um contexto específico, não permitindo generalizações para todas as crianças neurodivergentes e com deficiência. Investigações futuras poderão aprofundar a análise das práticas artísticas em espaços comunitários, considerando diferentes perspectivas e procedimentos de acompanhamento.

Conclui-se que a experiência na Estação Cidadania reforça a importância de reconhecer a arte como uma possibilidade de expressão, convivência e participação social de crianças com diferentes características e necessidades. Mais do que buscar uma forma única de comunicação ou interação, é necessário construir ambientes em que as diferenças sejam acolhidas e em que cada criança encontre oportunidades de participar, expressar-se e estabelecer relações com os outros. Dessa forma, os espaços de educação não formal podem contribuir para uma sociedade mais inclusiva, na qual a diversidade seja compreendida como parte da experiência humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

CARVALHO, M. M. M. J. de (org.). **A arte cura? Recursos artísticos em psicoterapia**. Campinas, SP: Editorial Psy II, 1995.

GOHN, M. G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27–38, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTÍNEZ-VÉREZ, V; GIL-RUÍZ, P; DOMÍNGUEZ-LLORIA, S. **Interventions through art therapy and music therapy in autism spectrum disorder, ADHD, language disorders, and learning disabilities in pediatric-aged children: a**

systematic review. Children, v. 11, n. 6, art. 706, 2024. DOI: https://doi.org/10.3390/children11060706.

PHILIPPINI, A. **Para entender arteterapia: cartografias da coragem**. 6. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

VALLADARES, A. C. A; CARVALHO, A. M. P. **Produção de modelagem em sessões de arteterapia no contexto hospitalar pediátrico**. REME: Revista Mineira de Enfermagem, v. 9, n. 2, 2005. DOI: https://doi.org/10.5935/2316-9389.2005.v9.50839.

VALLADARES, A. C. A; CARVALHO, A. M. P. **A arteterapia e o desenvolvimento do comportamento no contexto da hospitalização**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 40, n. 3, p. 350–355, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0080-62342006000300006.